

## APRESENTAÇÃO

### “Mulheres fora do centro: experiências de ensino, pesquisa e extensão”

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. LARISSA DE PINHO CAVALCANTI (UFPE-UAST)

Prof<sup>ª</sup>. Ma. LETÍCIA CAROLINA PEREIRA DO NASCIMENTO (UFPI)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. NICOLE LOUISE MACEDO TELES DE PONTES (UFRPE-UAST)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. RAFAELA ROGÉRIO CRUZ (UFRPE-UAST)



A universidade brasileira, ainda que forjada nos moldes da modernidade europeia, experimentou nas últimas duas décadas significativas transformações, resultantes, entre outras coisas, de fortes políticas de interiorização. Originalmente urbana, burguesa, masculina, cisheteronormativa e branca, a universidade que existe fora do centro — geográfico e epistemológico — é um estuário de desafios e contradições, dado que os parâmetros avaliativos ainda seguem os modelos do centro.

A produção de conhecimento nesses espaços-outras aparenta padecer de um atraso e de uma insuficiência crônica, que reforçam relações de dependência

difíceis de desconstruir. As implicações materiais são graves, diversas e fáceis de denunciar, basta observar em quais departamentos são publicados os periódicos Qualis A1 ou onde estão sediados os programas de pós-graduação avaliados com notas 6 e 7: os resultados implicam determinada alocação de verba e outros incentivos. A experiência de pensar e produzir conhecimento às margens dos tradicionais lugares de saber é ainda mais árdua para nós mulheres, visto que existimos fora da centralidade masculina que delinea o paradigma moderno/colonial do ocidente.

Propondo fomentar diálogos e interseções de interesses, pautas e perspectivas iniciadas na Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido — RIMAS<sup>1</sup>, o Dossiê “Mulheres Fora do Centro” traz oito textos em formatos que vão de relatos de experiência a artigos acadêmicos, contemplando de maneira fecunda os eixos orientadores do ensino, pesquisa e extensão presentes no trabalho cotidiano de professoras e pesquisadoras de fora do centro, vinculadas a universidades públicas fora do centro geográfico e epistemológico do Brasil.

Os marcadores de descentramentos encontrados no presente Dossiê aparecem não apenas na seleção dos trabalhos apresentados, todos de autoria de mulheres cisgêneras ou transgêneras, mas na cobertura de uma amplitude de possibilidades de performances de mulheridades e feminilidades que produzem epistemologias a partir de suas localizações territoriais e de suas experiências interseccionais de raça, gênero e classe, afirmando as periferias como lugares patentes na produção de epistemologias.

Rachando o conceito de geopolítica do conhecimento apresentado por Walter Mignolo (2010), compreendemos os diversos modos em que uma política do conhecimento é delimitada também a partir de uma espacialidade, produzindo hierarquias. A ideia de modernidade camufla a Europa como centro de produção de conhecimento, como padrão de razão, no intuito de subalternizar outros modos de pensar de outros povos que precisariam da “modernização”.

A ideia de modernização, por sua vez, serviu para impregnar o mundo colonizado com os padrões de ciência, de religiosidade, de vida sexual, de moralidade vividos desde a Europa. Assim, no Brasil, como em outros países colonizados, as universidades e as instituições de ensino e pesquisa foram erguidas sobre a pedra fundamental da modernidade europeia como matriz dominante de pensamento, excluindo, portanto, as populações indígenas e negras, as mulheres, a comunidade LGBTQIA+ e pessoas com deficiências.

Quando propomos apresentar as práticas de ensino, pesquisa e extensão de mulheres fora do centro, propomos romper tanto com a geopolítica do conhecimento, que insiste em invisibilizar a produção intelectual fora da Europa e dos grandes centros urbanos, como romper com o cisheteropatriarcado que rejeita a mulher como alguém que produz epistemologia. Nossa proposta, portanto, toma a palavra. Como afirma ousadamente a intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez (1984), “o lixo vai falar, e numa boa”.

Atravessamo-nos por outras mulheres que também ousaram tomar a palavra, como é o caso de Esperança Garcia, mulher negra e mãe escravizada na Fazenda Algodões interior do Piauí, depois vendida para uma fazenda no Maranhão, separando-se de seus filhos, e quem, no ano de 1770, escreve uma carta denunciando os maus-tratos vividos e solicitando seu retorno para Algodões, onde deseja batizar sua filha. A carta é considerada uma petição, por isso, Esperança é reconhecida como primeira advogada piauiense.

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre a RIMAS acessar:  
<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/492557>

Vem também do Nordeste outra inspiração, assim como Esperança, Nísia Floresta (1810-1885), nascida no interior da Paraíba, toma a palavra que nos é constantemente negada. Em 1832, a paraibana publica seu primeiro livro: “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens” denunciando as injustiças vividas por mulheres marcadas por preconceitos sociais e não em uma suposta natureza feminina. Por certo não nos faltariam exemplos. Destacamos que constantemente nos insurgimos; a palavra não nos é dada, nós tomamos a palavra.

Instigadas pela crítica e teórica indiana, Gayatri Spivak (2010), nosso questionamento não é apenas se nós mulheres fora do centro podemos falar, indagamos: pode a universidade e toda a sociedade nos ouvir? Desse modo, trazemos nessa edição especial, o que Conceição Evaristo nos inspira a chamar de “escrivências” de mulheres plurais, que produzem suas epistemologias a partir de práticas de ensino, pesquisa e extensão de fora do centro. Todas trazem em seus atravessamentos modos diversos de trabalhar política e teoricamente com a categoria gênero em seus mais diversos desdobramentos.

No cerne desses trabalhos, encontramos como temática tanto a experiência dessas autoras na produção e divulgação do conhecimento produzido nos espaços de saber dentro e fora das universidades públicas de suas regiões, como também fortes relatos de experiência de quem trabalha com afimco no estreitamento dos laços entre trabalho acadêmico e vida cotidiana, a partir de atividades dialógicas que prezam pela construção de espaços de acolhimento e de transformação das estruturas organizacionais tanto das universidades como da sociedade de maneira mais ampla.

Muito embora a extensão seja um dos eixos de trabalho de maior importância dentre as atividades desenvolvidas no âmbito da universidade, sua projeção, divulgação e reconhecimento dentro e fora das instituições parecem encontrar inúmeros percalços, especialmente quando dizem respeito às experiências em torno de populações e de espaços subalternizados. Tendo como fundamento a relação universidade e comunidade, a extensão se projeta como retorno do investimento comunitário àquela que verdadeiramente fomenta a produção do conhecimento científico, a população brasileira, e busca ampliar as possibilidades de ação e de transformação da vida a partir da conjunção entre conhecimento científico e local. Reconhecendo essa centralidade, os trabalhos apresentados ao Dossiê trazem como característica marcante a presença de relatos potentes de projetos e atividades de extensão que apontam para uma variedade de temáticas e públicos.

Nesse sentido, o Dossiê traz a importante contribuição da psicóloga e professora Roseane Amorim em “A Psicologia da Educação e a formação de professoras/es no interior de Pernambuco: reflexões para uma prática contra colonial”. Nesse artigo, Roseane Amorim faz dialogar a psicologia da educação, a formação docente e a prática extensionista no interior de Pernambuco com foco nas populações afrodescendentes ou da periferia urbana. Seu relato se concentra nos projetos de extensão que já realizou ao longo de sua carreira acadêmica, para mostrar como a escuta de estudantes na educação básica denunciam a proliferação de discursos e práticas LGBTQI-fóbicas e racistas no ambiente escolar. As temáticas que emergem a cada projeto urgem a reorientação das epistemologias e das práticas de ensino-aprendizagem de instituições de

formação docente e também de formação cidadã para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e excludente.

Outro forte elemento presente nos trabalhos aqui apresentados diz respeito aos posicionamentos teóricos e aos eixos metodológicos. Operando a partir de perspectivas críticas, dos feminismos, da interseccionalidade e da decolonialidade, os artigos ampliam a compreensão e operacionalização de conceitos forjados a partir de saberes não-hegemônicos, dando lugar a dimensões críticas do que é existir em espaços subalternizados e fomentando a produção de estratégias de vida e experiência do mundo nesses contextos. Entender esses novos lugares é ampliar não apenas nosso horizonte como produtoras de conhecimento, mas expandir e revolucionar os próprios modos de fazer na academia. Assim, vemos surgir experiências que operacionalizam os saberes acadêmicos em dinâmicas de resistência e luta, em um esforço coletivo de reestruturar as realidades locais onde os projetos estão inseridos.

Exemplos dessas práticas estão no artigo “Lugar de mulher é onde ela quiser? Teoria e práxis da representatividade de gênero nos comitês de bacias hidrográficas do semiárido brasileiro” das pesquisadoras Avani Torres e Aline Machado, que questionam a suposta democracia de gênero nos comitês de bacias hidrográficas do semiárido brasileiro, considerando, principalmente, o papel central das mulheres na preservação e administração do uso da água em diferentes grupos humanos e, em particular, no semiárido brasileiro. Por um lado, com dados secundários oriundos dos órgãos nacionais de gerenciamento de recursos hídricos, as autoras revelam a

disparidade entre o número de homens e de mulheres nos comitês de bacia; por outro, seus dados primários coletados junto às mulheres ligadas à gestão hídrica apontam a superficialidade da presença das mulheres, por vezes excluídas da efetiva participação no funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas.

Resistência e luta, por sua vez, são manifestas de modo particular no artigo “O papel das rezadeiras como protagonistas de práticas simbólicas culturais” da professora Araci Farias para discutir o encontro da medicina popular com a medicina institucionalizada que perdura onde falta acesso à rede pública de saúde. Com dados obtidos por meio de entrevistas com mulheres em ambas as práticas da medicina, a pesquisadora discute aspectos da mercantilização da saúde e a desigualdade na distribuição de recursos, equipamento e profissionais de medicina que efetivamente excluem diversos segmentos populacionais dos serviços de atenção básica. Onde a hegemonia da ciência médica não chega, resistem, portanto, as práticas de medicina popular, notadamente pelas ações de mulheres benzedadeiras ou rezadeiras que dão continuidade a saberes ancestrais e preservam práticas de valor simbólico para suas comunidades.

A partir da metodologia da história oral, a pesquisadora Michele Pires Lima nos convida a escutar vozes que ao longo da história não foram ouvidas, que seguem sendo silenciadas. Podem as universidades escutarem travestis e transexuais? O artigo “Quando o ‘bichinho militante’ toca: ativismos trans em Manaus/AM (1992-2019)”, faz um excelente trabalho historiográfico contextualizando o surgimento do movimento LGBT em Manaus com a própria historiografia LGBT brasileira e

posteriormente evidenciando a partir de relatos orais a criação da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM). As transativistas ouvidas para a pesquisa relatam o modo pelo qual a organização social emerge como uma forte possibilidade de enfrentamento à transfobia, compreendendo a união como condição de luta transfeminista.

Não resta dúvida que todos os trabalhos aqui apresentados se movimentam em direção a um objetivo em comum, o desenvolvimento de uma universidade verdadeiramente plural. Mais que isso, como as leitoras poderão apreciar no texto “Demarcando telas: um relato de experiência de ensino e extensão a partir da Mostra de Cinema Indígena da UFRPE-UAST, no sertão pernambucano”, de Paula Santana, o que está em jogo é a evidência de que precisamos construir uma universidade capaz de reconhecer “pluriversidades”, formas outras de produção e divulgação de conhecimento e cultura, como igualmente legítimas e potentes.

Outrossim, no artigo: “Diálogos e projetos: a voz e a presença de pessoas transexuais e travestis na transformação da Universidade”, a professora Marta Rovai nos traz narrativas dissidentes de pessoas transgêneras denunciando a permanente circulação de discursos e práticas cisheteronormativos na universidade, uma análise feita a partir da realidade da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Fazendo uso da História Oral a pesquisadora mergulha nas falas e experiências de pessoas trans que transitam a UFAL como discentes e/ou participantes de projetos e que percebem o quanto ainda é difícil fazer dos espaços acadêmicos locais inclusivos.

O tema da inclusão também está presente no artigo “Mães e universitárias: contribuições de projeto assistencial para a permanência na universidade” de Carla Andrea, que nos incita a pensar a inclusão a partir do ponto de vista das jovens mães que lutam cotidianamente para permanecer na universidade, dando continuidade à sua formação acadêmica. O texto apresenta resultados encorajadores de um projeto de assistência social voltado ao acolhimento e ao apoio nos cuidados com as crianças de mães universitárias, enquanto estas estão em sala de aula e demonstra, também, como o incentivo e o acolhimento devem servir como eixos no ordenamento formativo de profissionais e educadores, já que o projeto conta com a participação efetiva de estudantes bolsistas e voluntários que propõem atividades lúdicas e de cuidado às crianças envolvidas. Passamos, portanto, a encontrar na inclusão uma ferramenta fortalecedora dos vínculos entre universidade e sociedade, bem como recurso valioso para contra-atacar as estruturas normativas que impedem o acesso de pessoas à universidade, quer diretamente, quer pelo próprio ordenamento exclusivo que esse espaço muitas vezes alimenta.

Se por um lado não podemos nos deixar cair na armadilha de fazer coro a discursos de ódio à universidade que, travestidos de crítica ao caráter elitista da academia, disseminam um anti-intelectualismo reacionário e virulento, também não podemos negar que há muito o que ser feito para revolucionar a universidade como instituição capaz de fomentar a emancipação intelectual e material da sociedade brasileira. A pergunta que nos assombra segue sendo a mesma: o que fazer? Como iremos construir uma universidade que exista em plena relação de simbiose com a sociedade que é seu meio e seu fim?

Apesar de nos assombrar, é justamente essa pergunta que também nos anima e que serve de combustível para formar novas redes, como Lorena Moraes e Letícia Carolina Nascimento descrevem no surgimento da Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas no Semiárido no texto: “Sororidade científica entre mulheres-professoras-pesquisadoras como ruptura da geopolítica do conhecimento no semiárido brasileiro”. A RIMAS é uma estratégia de sororidade científica de professoras e pesquisadoras contra os moldes dos centros epistemológicos e geográficos das instituições brasileiras. Situadas no semiárido, as integrantes da Rede vislumbram possibilidades de enfrentamento na união de recursos, interesses e direcionamentos de suas atuações no ensino, na pesquisa e na extensão.

Assim, as muitas tramas que alinhavamos nessa Edição Especial nos possibilitam compreender que as mulheres pesquisadoras e professoras em instituições fora do centro além de

produzirem pesquisa, ensino e extensão com excelência, também apontam (des)caminhos para superarmos a lógica cisheteropatriarcal e dos grandes centros. Os saberes e fazeres nos convidam a acompanhar passos, falas, vivências e aprendizagens de outras mulheres, de outros sujeitos invisíveis para as epistemologias. O convite, então, é sair do centro, percorrer as margens, ver-ouvir-sentir a partir de outros olhares, vozes e saberes.

### Referências

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010. Disponível em: <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/mignolo-walter-desobediencia-epistc3a9mica-buenos-aires-ediciones-del-signo-2010.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.